MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2017.

Aos três dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, no Plenário João Goulart da Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento, Rio Grande do Sul, no Prédio Palácio Getúlio Vargas, localizado na rua Senador Salgado Filho, 528, reuniram-se sob a Presidência do Vereador Carlos Nilo Coelho Pintos, vice-presidente no exercício da presidência, os Senhores Vereadores. Sendo 10h15min havendo quórum regimental, o Presidente deu início à Sessão convidando o Vereador Claudio Milan para fazer parte da mesa. Iniciou-se a leitura do expediente: justificativa de ausência das sessões do dia vinte e nove de setembro e dois de outubro do corrente ano do vereador Leandro Ferreira; Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do senhor Anderson Gularte Mendes do vereador Germano Cabreira Mendes; leitura do Anteprojeto de lei que "Fica o Executivo Municipal a autorizado a instalar o banco de leite humano mamativista e dá outras providências" do vereador Claudio Milan; leitura do Anteprojeto que " Cria o programa wifi livre em Livramento e dá outras providências"; do vereador Claudio Milan; leitura do Anteprojeto que "Obriga os estabelecimentos públicos e privados a inserirem nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do transtorno espectro autista". Neste momento o vereador Claudio Milan pediu uma questão de ordem para falar que sabe que já existe uma solicitação do vereador Gutebier e quis cumprimenta-lo pela iniciativa, assim como cumprimentou o vereador Carlos Nilo pelo brilhante trabalho com a cartilha do autista e disse que esta Casa continua fortemente trabalhando pelas questões sociais em nosso município, após fez a solicitação de retirada do Anteprojeto, por já existir matéria idêntica. Dando sequência a leitura do expediente, Pedido de Providências do vereador Luiz Itacir Soares, que solicita o patrolamento e embalastramento na estrada do São Leandro no trecho que dá acesso ao Cerro da Árvore; Pedido de Providências do vereador Luiz Itacir Soares, que solicita o conserto da ponte de madeira da estrada que dá acesso ao Cerro da Árvore; Pedido de Providências do vereador Lídio Mendes, que solicita o patrolamento e embalastramento na rua Angélica Rossati, na vila Élfia, em questão de ordem o vereador Lídio solicitou a leitura da justificativa do requerimento, no que foi prontamente atendido; Pedido de Providências do vereador Claudio Milan, que solicita para a Secretaria de Saúde a aquisição de uma ambulância para atendimento pré hospitalar para atendimento de ocorrência urbana e rural; O vereador Lídio Mendes pediu questão de ordem e disse que em todos os mandatos faz anteprojetos e solicita ambulância: uma em Pampeiro, outra em Santa Rita e nos assentamentos e que dá para conseguir as ambulâncias, inclusive conseguiram uma, mas menciona que falta vontade do administrador querer aceitar e que por isso se fala e se debate na Câmara, falar com os deputados, cobrar deles, mas até hoje não fizeram e que já entrou com o mesmo pedido para o governo atual e vai fazer um ano, que não se obtêm resposta, porque Anteprojeto o Prefeito faz se quer, tem que ter boa vontade, então o que falta nesta administração é competência, que já faltou nas outras também e que por isso o povo está sofrendo e que isto que o vereador Cláudio Milan está pedindo, já foi pedido todos os anos, mas sempre é bom um reforço, se todos tentassem para conseguir nem que sejam em uma vila, num assentamento, em qualquer lugar, já era um avanço para todos. Dando continuidade ao expediente, convite para Semana do Idoso 2017, Ações de Saúde e Auto Estima dia 04/10 na Praça General Osório; Ofício nº 460/2017 da Secretaria Municipal de Administração, resposta aos Pedidos de Informações 153 e 155/2017 de autoria do vereador Carlos Enrique Civeira; Ofício nº 461/2017 da Secretaria Municipal de Administração em complemento ao Ofício nº 418/2017 encaminhando documentos a serem anexados ao Projeto de Lei que "Altera os dispositivos da Lei Municipal nº 5.557 de 27 de fevereiro de 2009, que "Estabelece a estrutura administrativa, o quadro de cargos em comissão e funções gratificadas da Prefeitura Municipal e dá outras providências"; leitura do Projeto de Lei do vereador Germano Camacho, do PTB que "Institui a reserva de vagas, em percentual de no mínimo 20% de trabalhadoras do sexo feminino, nas contratações de vigilantes, rondas e porteiros no âmbito da administração municipal e empresas da iniciativa privada e, dá outras providências."; leitura da Emenda Aditiva e Modificativa ao Projeto de Lei nº 144/2017, proposto pelo vereador Enrique Civeira que "Adiciona parágrafo ao artigo 2º do projeto de lei ordinária

nº144/2017 e modifica as atribuições do cargo descrita no anexo I"; leitura do Projeto de Resolução que "Institui a Frente Parlamentar municipal pela duplicação da BR 290", de autoria do vereador Leandro Ferreira; Ofício nº 459/2017, advindo da Secretaria Municipal de Administração, que encaminha Projeto de Lei que "Autoriza o Departamento de Água e Esgotos – DAE a contratar em caráter emergencial e temporário nos termos do inciso 9º do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências"; Leitura da Ordem do Dia para a sessão de 04/10/2017, realizada pelo secretário da Mesa, restando anunciados os seguintes: Projeto de Lei nº 130/2017 que "Autoriza abertura de crédito especial no valor de R$ 55.461,90 destinado ao Departamento de água e esgoto (DAE)"; Projeto de Lei nº 133/2017 que "Altera os quantitativos de cargos de médicos especialistas descritos na Lei Municipal nº 7.164, de 24 de março de 2017"; Projeto de Lei nº 136/2017 que "Autoriza abertura de crédito especial de R$ 50 mil reais - SMS"; Projeto de Lei nº137/2017, que "Autoriza abertura de crédito especial no valor de R$ 70.000,00 - SME "; Projeto de Lei nº 157/2017 que " Autoriza abertura de crédito especial no valor de R$ 5.900,00 – SMSU"; Projeto de Lei nº 158/2017 que "Autoriza abertura de crédito especial no valor de R$ 243.750,00 - SMAPA"; Projeto de Lei nº 159/2017 que "Autoriza abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 245.850,00 destinados à Secretaria Municipal de Obras" e Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2017 – Relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito e encaminhamentos, sendo esse o expediente o secretário encerrou a leitura, nesse momento o presidente em exercício explicou aos presentes sobre a entrega de dois votos de congratulações e avisou que posteriormente haverá normalmente a reunião das comissões. Realizaram-se as votações do expediente: Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Anderson Gularte Mendes, sendo colocado em discussão e votação, foi devidamente aprovado por unanimidade; do Vereador Leandro Ferreira justificativa de ausência, sendo colocado em discussão e votação, foi devidamente aprovado por unanimidade; Anteprojeto do vereador Claudio Milan que "Fica o Executivo Municipal a autorizado a instalar o banco de leite humano mamativista e dá outras providências", colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Anteprojeto de lei do vereador Claudio Milan que "Cria o programa wifi livre em Livramento e dá outras providências", quando colocado discussão, houve questionamentos por parte do Vereador Antônio Zenoir que gostaria de esclarecimentos sobre como se daria o custeio do projeto no que foi respondido pelo vereador Claudio Milan, autor da matéria que explicou que na justificativa está previsto qual a proposta e deixa ao Poder Executivo, dentro do seu planejamento estratégico, espaço para buscar parcerias das empresas que já estão na cidade serem parceiras deste projeto, de uma forma que venha a contribuir para estas empresas através de publicidade, ao colocar-se em discussão e em votação foi aprovado por unanimidade. De imediato passou-se a entrega dos votos de congratulações: Primeiro voto de congratulações de autoria do vereador Leandro Ferreira, destinado aos alunos José Vicente Furtado, deficiente visual que tem como guia o aluno João Quines Vitor Furtado, que competem nos 75 metros rasos infantil e representam a escola General Neto, assim como à professora Renata do Couto Nunes, realizou-se a leitura de breve histórico sobre os feitos do aluno que sagrou-se campeão na etapa regional estadual do PARAJERGS, competição que reúne estudantes com deficiência, ao fazer uso da fala o Vereador proponente fez um menção rápida a reportagem que ganhou destaque na imprensa local e que mostrou a face boa, as coisas boas de nossa cidade, no jornal A Plateia no dia primeiro de outubro de 2017, onde dizia "Dupla que estuda na escola General Neto pode disputar competição nacional em novembro" João Vitor é guia do irmão nas corridas e conquistou quatro medalhas à exceção das outra duas conquistaram José Arthur no salto e no lançamento, ambos levaram medalhas de participação nos PARACERGS e há poucos meses a professora de educação física do General Neto e treinadora de José Arthur, Renata Nunes qualificou-se para dar os treinamentos, viu o potencial e agora os acompanha nas competições, foi um sucesso tanto para ele quanto para a escola, neste momento, o vereador encerrou a sua fala e convidou os dois meninos atletas acompanhados pela professora a receberem o Voto de Congratulações. Após a professora Renata dirigiu-se à tribuna para falar em nome dos alunos. Em sua saudação a todos revelou-se

emocionada, e disse que a escola não tem condições e eles conseguem, pedem emprestado, se envolvem para fazer o trabalho, agradece a esta Casa, a colegas que hoje são vereadores, que é servidora do Estado há vinte anos e que agora que começaram a disputar no PARAJERGS não vão parar mais. O vereador Carlos Nilo Coelho anunciou o próximo Voto de Congratulações de número 67/2017, do vereador Antônio Zenoir destinado à Polícia Rodoviária Federal, que promove a terceira edição o Festival Estudantil Temático de Educação no Trânsito – FETRAN – em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Intendência Departamental de Rivera. Ao utilizar da palavra o vereador Antônio Zenoir estava emocionado após a fala da professora Renata por terem tantas situações na realidade da educação e todas as bolsas de dinheiro que fogem à política, infelizmente retratam aquilo que não se tem na educação e é por isso que faz este Voto de Congratulação, por que mais do que um ato político, o reconhecimento de todos aqueles que de uma forma ou de outra fazem além do seu dever para a juventude, para as crianças, quando estas pessoas tem um olhar além da sua profissão para tornar o mundo um pouco melhor, especialmente alguns policiais da PRF presentes no plenário, sendo a presente homenagem fruto do reconhecimento desta Casa Legislativa em valorizar todo empenho e dedicação desta corporação com a comunidade santanense. A Polícia Rodoviária Federal assim como membros do trânsito efetuam brilhantemente a sua missão de garantir a segurança e a cidadania nas rodovias federais e áreas de interesse da União em nossa cidade, promovendo ainda ações de educação e preparo para os estudantes em ações do trânsito nas escolas municipais. O projeto FETRAN reúne mais de três mil pessoas entre policiais rodoviários federais, trânsito, estudantes, educadores e convidados, dessa forma se colocando de forma muito honrada em nome da Casa Legislativa quando faz o reconhecimento esquece o mérito político, ele simplesmente tem que fazer aquilo que é o seu papel, valorizar realmente quem trabalha, aqueles que são abnegados mais do que qualquer outra intenção é o mínimo que se pode fazer quando se pode, por isso chamará individualmente os homenageados para entregar uma singela homenagem também desta Casa: PRF César Rodrigues Quines (aplausos), o Inspetor da PRF Emerson Roberto Muniz da Silva (aplausos), a PRF Janine Maria Duarte Badra (aplausos), o guarda de trânsito Luciano Xavier Mansilha (aplausos), a policial PRF Mariane Cristiane Weistenberg (aplausos) e neste momento o vereador Antônio Zenoir convidou o Inspetor da PRF Emerson da Silva a usar da palavra, que de imediato ao fazer uso cumprimentou a todos os vereadores e expressou que com alguns até tem relação de amizade, e que é com muito orgulho e satisfação que vem junto com os colegas receber a homenagem proposta pelo vereador Zenoir acerca do FETRAN, que é o festival de trânsito, e que tem um lema, slogan muito emblemático que é "transformando atitudes para salvar vidas" e é isso que se busca enquanto policial rodoviário federal, é uma das atribuições, educação para o trânsito e está presente nas escolas desde a base, junto com os professores, transformando aqueles que serão os motoristas do futuro, porque se sabe que hoje se atua muito na repressão, na punição dos infratores mas se sabe que só isso não é o caminho, que o caminho da educação, apesar de ser mais demorado é mais efetivo, então se busca naquela criança que ele seja no futuro um cidadão que coloque o cinto de segurança, não porque tem uma viatura, uma fiscalização na frente, que ele respeite a velocidade na via, não por uma lombada eletrônica, de um radar, mas sim porque aquilo faz parte da educação dele, ele cumpre e respeita as leis e isso é que se busca e o importante lembrar, como disse o vereador, é a parceria com a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Educação e principalmente com as diretores, coordenadoras e professoras que elas são as verdadeiras executoras do FETRAN, os policiais só dão o direcionamento, as informações, mas quem trabalha diretamente ali são as professoras, que colocam a temática do transito dentro de cada disciplina, não tratam o trânsito separadamente, eles levam o trânsito para dentro de cada disciplina deles, com todo o seu conhecimento e toda sua criatividade, eles conseguem fazer este trabalho belíssimo, tanto a Prefeitura Municipal quanto a Intendência de Rivera, e se tem orgulho de dizer que o FETRAN daqui é o único binacional, porque atende as escolas de Livramento e Rivera, e também só é possível por conta dos abnegados colegas que são colegas que além de trabalhar na escala, por conta da falta de efetivo, não tem como prescindir da presença deles na

escola, então além de fazer o trabalho deles ainda se dedicam nas suas horas de lazer com a sua família então isso tem que ser enaltecido também como disse o vereador então é com muita satisfação que recebe esta homenagem em nome de todos os homenageados e a PRF procura através destas ações prestar serviço de qualidade à sociedade santanense e a sociedade gaúcha. Ao serem encerradas as entregas dos votos de congratulações, o vereador Carlos Nilo mencionou sobre um imprevisto, qual seja, que o Projeto de Lei 116/2017, que tramita nesta Casa Legislativa, advindo do Executivo Municipal que "Revoga na integra a Lei Municipal 5.728 de 2009" e após ter Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, assinado pelo vereador Aquiles Pires, teve caráter de urgência aprovado e houve após uma solicitação do vereador Enrique Civeira que requeria a convocação de técnicos da Secretaria da Fazenda para explanar sobre a matéria do projeto, então os técnicos da Fazenda vieram para explicação do referido projeto de lei e os mesmos serão chamados à Mesa para serem ouvidos, atendendo à solicitação do vereador Civeira nesta data. Com a concordância dos legisladores, passaram a mesa os senhores funcionários públicos Ademir de Castilhos, que é inspetor tributarista e também a servidora Mara Regina, recebendo a acolhida dos vereadores Carlos Nilo e do secretário, vereador Mauricio del Fabro. O primeiro a falar foi o senhor Ademir, funcionário da Fazenda que ao cumprimentar à todos mencionou a importância de poder prestar esclarecimentos sobre o projeto que prevê a isenção total do ISSQN para construção de infraestrutura de parques eólicos e ainda menciona que fará um breve relato histórico sobre a promulgação da referida lei em 2009, assim, prossegue com sua fala dizendo que na época existia uma perspectiva de implantação de parques eólicos no município onde realmente se efetivou realmente as construções em 2010 no Parque Eólico Cerro Chato que hoje é realidade no município e passados mais de sete anos, Sant'Ana do Livramento já conta com vários parques eólicos citando entre eles o Parque Eólico Cerro Chato, complexo 1, 2 , 3, 4, 5 e o 6 que foi finalizado ano passado, Usina do Cerro da Trindade, Usina do Ibirapuitã que foi concluído ano passado e em ampliação que chegou ao conhecimento Usina Coxilha Seca, Usina do Capão do Inglês e Usina dos Galpões, reconhecemos a importância da implantação dos parques eólicos no município por gerarem empregos diretos e indiretos, valorizarem a melhoria das estradas, dos acessos por que sabem que as estradas são bastante problemáticas e a valorização das terras dos proprietários naquelas regiões e a energia eólica hoje é uma realidade, já faz parta da história de Sant'Ana do Livramento e na condição de inspetores tributários, na sua óticas sempre tem como objetivo trabalhar mais por isso que vem hoje explicar e justificar a isenção, porque a realidade do município hoje é bem diferente, talvez o administrador público na época, o prefeito teve a ideia de captar mais recursos para a cidade e trazer os parques eólicos para Sant'Ana do Livramento, então a possibilidade de isenção na época foi certamente com este objetivo e atualmente em virtude de crise que o país está enfrentando, automaticamente com efeito cascata que os estados e os municípios estão sendo sufocados, as receitas nacionais e estaduais tipo FPM e o retorno de ICMS para os municípios vem reduzindo-se drasticamente ao longo dos anos logo, nessa linha de raciocínio os municípios para continuar a desenvolver suas atividades básicas como manutenção de ruas, manutenção de escolas, da saúde e a própria folha de pagamento devem incrementar as suas receitas próprias como os principais impostos que temos que é o IPTU e o ISSQN que é a questão a ser explicada hoje para os vereadores, o município não pode ficar de braços cruzados esperando simplesmente que venham repasses, é obrigação como inspetores tributários sempre a orientação de um melhor caminho a ser seguido, salvo as políticas que são desenvolvidas a cada ano e trouxeram o exemplo hoje uma empresa que não podem citar o nome por causa do sigilo fiscal, que no ano de dois mil e dezesseis, essa empresa declarou para a Receita Federal, através da sua RAIS que prestou serviço no território municipal de Sant'Ana do Livramento na ordem de trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos e beneficiado por esta Lei ela deixou de recolher o equivalente a três por cento que é o ISSQN e pasmem os vereadores, novecentos e setenta e três mil, zero setenta e seis com cinquenta e um centavos, mas em virtude ela ficou isenta e está amparada, outro exemplo que é enfrentado e damos nosso testemunho através de fé pública que

possuímos, em dois mil e quatorze e dois mil e quinze, várias empresas ligavam, ligavam para a fiscalização tributária e diziam olha nós queremos fazer recolhimento de ISSQN de uma fatura da Eletrosul da construção do parque eólico e mesmo sendo isento as empresas dizem olha nós fazemos questão de recolher, porque já está previsto na planilha de custo, eles queriam recolher mas estavam amparados , então se fazia uma guia avulsa para poder fazer o recolhimento, e outro fato que gostaria que os vereadores atentassem é que quase que noventa por cento das empresas são de fora do município, temos um caso que podemos citar o nome sem citar valores que é da empresa Iccila, que é contratada, terceirizada das outras empresas que é do município de Sant'Ana do Livramento, que prestou serviço na infraestrutura das estradas, portanto os servidores deixam sob análise dos vereadores o caso desta empresa que foi exemplificada e perguntou se os vereadores acreditam que elas fechando um contrato de trinta e dois milhões quatrocentos e trinta e dois reais ganham uma licitação a nível nacional como a Eletrosul, se deixaria de prestar este serviço em Sant'Ana do Livramento se tivesse que pagar estes três por cento? Para o município novecentos e setenta e três reais representa o dobro da arrecadação média mensal, para os vereadores terem uma ideia a arrecadação de ISSQN no ano de dois mil e dezesseis foi de cinco milhões seiscentos e cinquenta e um mil reais e esta arrecadação de uma única empresa, que citamos, ou seja, novecentos e setenta e três mil reais de imposto eles deixaram de recolher e é isso que chama atenção, os números. Sabemos da importância dos parques eólicos, não deixamos de reconhecer, e volta a dizer que a energia eólica em Sant'Ana do Livramento é realidade, faz parte da história do município, é fundamental que siga e já sabem que outras empresas vem para Sant'Ana do Livramento e até pode citar o nome porque não envolve valores, já foram inclusive consultados via setor de ITBI e eles estariam adquirindo terras para implantação que é a empresa Iberólica Renováveis do Brasil que é de São Paulo, então ela vai se beneficiar da lei também, segundo informações eles estão ampliando parque eólico no distrito de Santa Rita e eles estão vindo, quanto vai ser aplicado? Não se sabe, mas com certeza uns valores bem consideráveis, então na semana que vem, acredita o servidor deverá apresentar-se na Casa Legislativa um projeto de lei de adequação da Lei Complementar Federal 157, que foi promulgada pelo Presidente Temer no final de 2016, incluindo vários itens novos de cobrança de ISSQN, como as maquininhas de cartão de crédito que hoje não é cobrado, não é recolhido nada para o município, vai ser incluído e num dos parágrafos da lei que inclusive acha oportuno, que o texto da lei federal diz o seguinte: art. 8º, parágrafo primeiro, o imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários financeiros, inclusive de redução da base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado sobre qualquer outra forma que o resulte direta ou indiretamente, salvo os subitens da Lei Complementar 116, item 702, que é empreitada global, 705 que é reforma de prédios, pontes, e o item 16 que é transporte. Então estes três itens poderão ser isentos, desde que com justificativa, os demais itens que são vários itens segundo a nova Lei Complementar 157, diz que os municípios devem aprovar para colocar em prática até o ano que vem, o município não poderá mais fazer isenção e isso vem de encontro a uma tese dos inspetores presentes de que haviam uns anos anteriores um benefício de determinadas categorias e não caberia julgar hoje aqui as atitudes dos ex-prefeitos mas que elas eram de certa forma direcionada para categoria e então a partir da promulgação da Lei Complementar 157 e o municípios de todo o Brasil se adequarem a ela os prefeitos que não obedecerem serão penalizados por renúncia de receita, finaliza se colocando à disposição. O vereador Carlos Nilo disponibilizou ao vereador proponente, que solicitou a presença dos tributaristas o direito a falar primeiro e depois os vereadores que quiserem se inscrever como o secretário fiquem à vontade para se inscrever a fazerem suas perguntas, dito isto o primeiro vereador a se manifestar foi Enrique Civeira, presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento que agradeceu aos inspetores por terem vindo e que a Comissão de Finanças e Orçamento fez o pedido de comparecimento porque ao conversarem com alguns colegas o entendimento deles é que se fosse retirado esse benefício as empresas não viriam para Livramento e se instalariam em outros locais e concorda com o inspetor quando diz que se reduziu muito FPM, a redução do ICMS só que o dever de casa que é arrecadar com as receitas próprias

não está sendo feito e agora ao ouvir os números, é muito dinheiro e como disse o inspetor, as empresas não deixariam de prestar serviço por este valor e pergunta também a respeito do Código Tributário do município e que conversava ontem com o Procurador e ele disse que nós não temos um Código Tributário Municipal e tem orientação do Controle Interno que está compilando as leis, mas o Código Tributário Municipal não existe e qual é a perspectiva do município arrecadar e começar a cumprir legislação sem o Código Tributário Municipal atualizado então fica esta pergunta aos inspetores e a respeito das novas leis, tem o cartão de crédito, tem o leasing , que o vereador esteve estudando e esta parte do ISS e do leasing é assim ela tem dois caminhos, porque tem o entendimento do Supremo também que o leasing não serie recolhido na origem do serviço e sim onde estaria a sede da empresa, no leasing e um pouco diferente dos outros tributos e há alguma coisa de estudo também sobre isso aí, em resposta pelo tributarista, que inclusive já teria ido na Procuradoria Municipal que deverá ser encaminhado projeto de lei a Casa Legislativa até porque o município tem pressa já se sabe que um dos itens é o leasing e realmente, porque antes, até então a sede da empresa em São Paulo, Rio de Janeiro, onde fosse a operação financeira era feita aqui e o recolhimento feito no domicilio da empresa e agora passa a ser no local da prestação então onde for ser feito o serviço será feito o recolhimento sobre as maquininhas de cartão de crédito, porque hoje ninguém carrega dinheiro no bolso , muito pouca gente, as pessoas vão ao supermercado, ao posto de gasolina e fazem débito ou crédito, é gerado um serviço são centavos, mas imaginem quantas operações são feitas no dia, em todos os estabelecimentos que são conveniados com o sistema e isso vem de encontro à necessidade dos municípios então é importante, os vereadores são responsáveis também pela análise geral, os balanços das receitas e despesas do Executivo, menciona a situação da Santa Casa os vereadores estão por dentro do assunto e até os parabeniza à todos pela preocupação, pelo trabalho da Câmara, mas não querendo ser repetitivo disse que não adianta ficar de braços cruzados esperando que venham os recursos e não se cobra o nosso, então não dá pra sacrificar o contribuinte e não é esse o objetivo, eu saio depois que eu bato o ponto e vou para casa, eu viro contribuinte, paga-se o IPTU da casa como todo mundo, então não é só sacrificar o imposto mas sim conscientizar todos a fazerem sua parte como cidadão e inclusive outro fato fazendo um parênteses e perguntando quem é o presidente da Comissão de Finanças, no que o vereador Civeira respondeu que era ele e sugeriu de lançar uma campanha tipo o programa "paguei quero nota", o cidadão tem o direito e o dever de pedir nota fiscal e que os vereadores não imaginam o tamanho da sonegação que se tem no município na questão do ICMS, na compra de mercadorias e faz uma aposta com os vereadores, que em qualquer loja que eles forem, pequenas, não as grandes, sem citar nomes também, faz qualquer compra, eles dão um comprovante da compra e não a nota fiscal , então a consciência e a educação começa nas escolas, conscientizar os alunos, desenvolver a consciência da educação fiscal, então tem que começar por aí a coisa e quanto ao Código Tributário, não existe realmente foi feito um estudo em 2009, 2010, existe um compilado de documentos existem várias leis que seriam colocadas em uma só e não foi levado adiante então é uma questão que tem que ser revista. O vereador Carlos Nilo explicou a forma com que serão feitas as perguntas , qual seja, em bloco, sendo já inscritos o vereador Mauricio, Navarro e Zenoir. Dando sequência, o vereador Mauricio disse que é muito importante pedir a nota da compra e que o mesmo foi contemplado no programa A Nota é Minha, no ano de 2013 com um montante de vinte mil reais, ano em que o governo era do Tarso e o Tarso era um governador que dava premiação muito grande e talvez deve ter sido por isso que quebrou tanto o Estado, mas foi contemplado e aí seguindo o raciocínio da dificuldade do município, que está quebrado assim como vários municípios, sabemos da diminuição dos repasses do Fundo de Participação dos municípios (FPM) cada vez menor e aí ficou claro que os cofres deixaram de receber desde 2010 até agora, neste momento o servidor Ademir retificou a informação dizendo que foi no ano de 2016 somente uma empresa, uma empresa, tem empresas com valores menores, esta empresa declarou para Receita Federal que prestou para o município de Sant'Ana do Livramento um serviço ou vários serviços para o parque eólico no valor de R$32 milhões e amparada pela lei cinco mil trezentos e pouco, ele ficou isento,

e está amparado na lei, não está errado então esta é a justificativa dos inspetores tributários, que tem que ser revista esta isenção, o parque eólico já é realidade então ninguém vai deixar de vir. O vereador Mauricio perguntou qual é o valor arrecadado mensalmente de ISSQN, se era um montante de aproximadamente sessenta mil reais? Da energia eólica, no que foi respondido pelos inspetores tributários, que não tem como saber , pois a partir do momento que ele não passa a recolher as notas fiscais não passam pelo sistema então só saberão no final do ano quando a Receita Federal fornecer um resumo e o vereador Mauricio disse que gostaria de saber com relação a nomenclatura da localidade que seria Coxilha Negra e não Coxilha Seca, porque está acontecendo uma ampliação na Coxilha Negra e perguntou qual era a diferença de Osório para Sant'Ana do Livramento? Se a forma como era realizada? No que foi respondido que foi feita pesquisa anterior a vinda dos inspetores e que Osório usou da sistemática de isenção de tributos quando implantou o parque eólico lá e atualmente não existe mais esta isenção existe uma isenção parcial e até quem sabe, uma ideia seria fazer uma isenção programada por mais um ano ou por mais x anos, porque o Código Tributário Nacional dá a possibilidade de fazer cobrança de ISSQN os municípios de dois a cinco por cento, ele abre essa possibilidade, de dois a cinco por cento, mas que volta a dizer deixa o projeto com os vereadores para analisar, junto do outro que vai vir, que é a Lei Complementar Federal 157 que aí os vereadores poderão analisar com mais propriedade, o primeiro texto da lei nova e a revogação da isenção do parque eólico, quando terão um parâmetro melhor e que com certeza vai ficar com os subitens que falou. O vereador Carlos Nilo solicita nesse momento ao senhor Ademir para responder depois dos vereadores perguntarem para dar uma dinâmica maior ao debate e na sequência o vereador Navarro colocou que gostaria de saber o que a eólica deixa para o município e que então na questão da renúncia de receita, poderia ser sim uma isenção parcial, que acredita que futuramente fazer um projeto ou um contrato e com relação a Livramento e Osório, a diferença está no contrato e em questão de ordem o vereador Civeira disse que a Comissão de Finanças pediu a vinda dos técnicos na Câmara e gostaria de deixar bem claro, uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa, não se está ali para discutir o que a eólica deixou para Livramento, o que os técnicos vieram falar e esclarecer é quanto o projeto, quando o pagamento, a isenção ou não das empresas que fazem a construção dos parques eólicos então o que a eólica deixa para Livramento é importante saber, mas não é o que está em discussão, o que está em pauta é a isenção ou não as empresas que fazem parte salvo melhor juízo. O vereador Navarro disse em questão de ordem que acha que vereador se equivocou que aproveitou e já estão debatendo e que sabia da intenção da vinda dos inspetores é para esclarecer sobre o projeto e não fugir da pauta, mas como foi diversificada a conversa então questionou. O próximo a falar foi o vereador Zenoir que disse que seria rápido e perguntou ao senhor Aldemir a quanto tempo ele estava na Fazenda , no que foi respondido que há vinte anos e o vereador Zenoir disse que o que mais o espanta é estarem em 2017 e Livramento se pergunta porque ainda está no passado, quando se discute tantas tecnologias e a cidade que passa sacrifício, Santa Casa principalmente, falta de arrecadação e ninguém nunca se preocupou em fazer atualização fiscal e que cada vez que está ali na sua atuação como vereador se surpreende, parece que Livramento não existia e vai falar ali que por pouco que conhece a Mara e muito que conhece o Aldemir temos pessoas capacitadas, qualificadas, com muito orgulho que poderiam trazer coisas maravilhosas para a cidade, e os gestores que deixam esquecido em uma gaveta e quem sabe um dia lá alguém acorda, com tanto conhecimento e tanta coisa para tirar e alavancar a nossa cidade para as coisas boas, ficamos olhando muitas vezes para a serra, cidade que muitas vezes crescem mas pela atualização e é isso que muitas vezes o revolta, tantos bons profissionais que podem ajudar para fazer essa modernização, para fazer coisas boas e nós ficamos estagnados, só queria dizer isso e parabenizou os servidores. O vereador Claudio Milan a seguir disse que queria pegar o gancho do vereador Zenoir e que a Casa tem que aprofundar o debate e lembrar a situação em que a eólica chegou em Livramento, concordando com o Aldemir falou, os ventos que passam em Livramento nenhuma empresa nacional ou internacional iria abrir mão de se estabelecer aqui no município e voltando ao ano em que a eólica chega em Livramento um ano que trazia uma

proposta eleitoreira, trabalhista, trabalhando no imaginário da população de Sant'Ana do Livramento, que a geração de empregos para construção do parque eólico era a grande saída e essas questões quando são feitas em gabinetes, as escuras ficam depois para que a comunidade pague a diferença está entre Romildo Bolzan, prefeito de Osório com relação ao tratamento com estes empresários e com relação ao mandatário na época em Sant'Ana do Livramento e a gente paga a conta e concordando com o vereador Navarro e a Casa é democrática, toda a vez que um servidor vem a esta Casa tem-se o direito de questionar e abrir o debate, é incrível isso porque passa governo, entra governo já vi os vereadores perguntarem quanto se arrecada com eólica, não respondem então gostaria fazer uma solicitação para que a Mesa da Casa Legislativa fizesse a pergunta novamente ao Prefeito municipal que responda, que faça esse levantamento quanto se arrecada com a energia eólica? Se com uma empresa se deixou de arrecadar quase um milhão de reais, quanto até agora deixamos de arrecadar? Então que seja feito o levantamento de quanto Livramento deixou de arrecadar. Por que isso dá uma justificativa muito forte para que esta Casa rapidamente consiga apresentar um projeto de lei preparando esta questão para o futuro então mais do que uma pergunta é um desabafo, porque se sai daqui decepcionado e as pessoas que estão ali, que votaram nos vereadores esperam uma resposta e não se encontra resposta para o que arrecada com energia eólica Sant'Ana do Livramento. O próximo vereador a falar, vereador Itacir disse que se estivesse na condição de prefeito talvez tivesse assinado a isenção porque na verdade o município ganhou e vai seguir ganhando com a vinda das eólicas e se o município não tivesse na época isentado iria pra outros municípios e não viria para cá, sem entrar no mérito, mas acha que é grande a importância do trabalho que vem sendo feito nesta Casa pois existe a preocupação quando vem o projeto, porque a vinda dos inspetores hoje traz um horizonte, que eles podem ser parciais, o objetivo hoje era discutir o projeto mas são momentos oportunos que surgem outras sugestões para se questionar os servidores e pensar para frente, em primeiro lugar se precisa arrecadar precisa-se fazer o dever de casa e para fazer, precisa criar lei e quando se falou em lei complementar, vindo o projeto para a Câmara, tem mais o período de carência da lei então o quando antes vier, vai se fazer o debate ... E se olharmos hoje pela discussão feita, na verdade se teria que mexer no projeto, provavelmente se teria que fazer algumas mudanças na mesma lógica da discussão aqui, mas aí vão surgindo as preocupações e os questionamentos por exemplo, pergunta se vai se incluir o serviço bancário? Vai se incluir a questão das financeiras? Porque na verdade o município deixa de arrecadar então quando se discute as questões das arrecadações e a questão das isenções, se preocupa muito porque quando não se atualiza e não cria as leis bem protegidos acontece que cumula muita gente devedora e se para o município é muito mais fácil cobrar daquele que deve cem cento e pouco, do que daquele que deve milhões, precisamos atualizar o sistema e criar esta questão e o município tem que arrecadar mas, tem que criar parcialmente como vai se fazer, o grande problema questionado com este projeto é se as empresas viriam e acredita que viriam da mesma forma e o vereador Navarro perguntou se os caminhões de concretos terceirizados que trabalham na cidade, se eles deixam algum imposto? No que foi respondido que é tributado o imposto retido que o tomador de serviços declarar, passa pelo sistema, é tributado, continuando o senhor Aldemir respondendo ao vereador Itacir disse que as financeiras serão contempladas no novo projeto, o serviço bancário já é tributado hoje, desde 2003, 5% em qualquer serviço bancário dentro da agência já é tributado, que é o teto máximo que o município pode cobrar, e respondendo ao vereador Navarro quanto deixa um parque eólico em Sant'Ana do Livramento é bom que fique claro que na época, quando o vereador Milan citou em 2009 era uma grande expectativa para o município a vinda dos parques eólicos gerou emprego direto e indireto, melhoraram as estradas, as terras valorizaram, o município enriqueceu neste ponto e existem duas fases, são dois cálculos bem distintos, primeiro cálculo, toda a prestação de serviço para construção gera ISSQN, que é o projeto de lei sendo discutido, pronta a torre, hélice funcionando, a empresa prestadora foi embora, começou a gerar energia: ICMS, aí entra no cálculo global, ele vai para o Estado e vem a cota parte para o município através do montante. Então é meio difícil de saber, mas não é impossível, se precisaria de um contato com a Secretaria

Estadual da Fazenda e essa por sua vez distinguir, tirar os CNPJ e as inscrições estaduais das empresas eólicas do município de Sant'Ana do Livramento e no relatório parcial enviar para o município, e aí sim se saber exatamente com centavos os valores, só assim para saber. E que nem ele nem a inspetora Mara fazem parte do ICMS e sim do ISSQN, então para justificar aos vereadores e não saberia dizer o porquê da demora, que depende de vontade política, hoje independentemente de cor partidária, independentemente de qualquer outra coisa o prefeito Ico recebeu e ouviu os servidores no início do ano e os escutou, por isso o projeto veio, e para que os vereadores tenham uma ideia, acha que em 2011 ou 2012 já haviam mandado pro Executivo e mais uma vez ano passado se encaminhou o pedido e não deram bola, o que aconteceu este ano, disseram vamos de novo, que novamente o ITBI que passou pela Câmara e ainda não foi promulgado também está defazadíssimo, se se vende uma casa hoje por trezentos mil reais na imobiliária que é o valor de mercado, que é em fruto também da vinda dos parques eólicos, Livramento sofreu uma bolha imobiliária, um fenômeno, quem tinha uma casa que valia cem mil está pedindo trezentos, quatrocentos, aí alguém que mora lá em Santa Maria, que tem dinheiro sobrando pensa eu vou comprar um terreno lá, vou investir em Livramento porque lá é um filão e aí o que aconteceu? Quantas imobiliárias tem hoje e quantas tinham há cinco anos atrás? Neste momento o vereador Navarro pediu aparte e perguntou sobre o que aconteceu na votação, que foi bombardeado pelos colegas vereadores e na época ele disse vejam bem, o ITBI é a pessoa que compra, se ela compra tem poder aquisitivo para pagar, é diferente do IPTU por exemplo, é extremamente oposto um ao outro, só que foi bombardeado, ficaram ele e a vereadora Maria Helena sentados e o resto todo levantou, no que o senhor Aldemir disse que não sabia dessa situação e o vereador Navarro disse que estava esclarecendo porque são criticados. O servidor continuou explicando tecnicamente e espera que ano que vem eles votem a favor do ITBI, que tenham conhecimento. O senhor Aldemir disse que por exemplo quem tem trezentos mil reais para comprar uma casa, ou quatrocentos mil reais, tem dinheiro para pagar dez por cento de imposto e pela tabela do ITBI o que ela diz, que são obrigados a obedecer a tabela e que hoje existe uma negociação entre o cartório e o comprador, tu paga quinhentos mil por uma casa mas na guia eles colocam duzentos mil e aí na tabela da Prefeitura está cento e cinquenta, ele vai pagar sobre os duzentos, o que quer dizer , como é que ele vai fazer pela diferença então é uma tabela que também está defasada e o município está perdendo bastante com o ITBI e o senhor Aldemir disse que independentemente de cor partidária o prefeito atual Ico está escutando, está ouvindo, o ITR que o vereador Mauricio (Galo) defendeu, ele visitou a Secretaria e o departamento de ITR não foi criado desde 2009, que fez o curso dentro da Receita Federal, foi habilitado e simplesmente não criaram o departamento e hoje, a partir de 2017 o município vai contar com cem por cento do ITR, simplesmente por ter o departamento e uma pessoa habilitada que opera dentro do sistema, então isso é incremento de receita também. O vereador Navarro perguntou quanto desses valores retorna para o município? Neste momento o vereador Itacir precisou se retirar e o vereador Carlos Nilo alertou para falta de quórum no que foi respondido pelo vereador Mauricio (Galo) que gostaria de fazer aparte antes do encerramento de sessão, e o vereador Carlos Nilo disse que o projeto em questão, motivo da vinda dos inspetores tributários foi explicado e que se alguém ainda tivesse dúvida sobre o projeto em questão que se manifestasse sobre o projeto. Como ninguém se manifestou, acredita que as dúvidas dos vereadores com relação ao projeto foram sanadas e que os vereadores dispõem de informação para votar, nada além disso, porque a votação de cada um, ela não é questionável. O vereador Leandro pediu questão de ordem para manifestar que no intuito que tem a liberdade de construir as pautas pensando no bem comum, tiveram sempre sensibilidade e que o vereador Navarro atente também para isso, que da maneira que veio, naquele dia e o governo até então vinha empurrando as coisas, vinha empurrando, e foi preciso fazer um contraponto para que se melhorasse a conexão e a forma de diálogo aqui, da maneira que veio não tinha clima, porque não veio naquele dia a Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Administração e fazer esta explanação da maneira que era preciso e o vereador Civeira está de parabéns pelo processo e ter pedido a vinda dos inspetores. Eam questão

de ordem o vereador Navarro disse que sempre vai respeitar a opinião dos vereadores e acha que entenderam bem o que quis colocar e que não houve um desentendimento e torna a repetir, o projeto estava na casa e se o vereador tem interesse vai em busca dele para ler, se tem ou não conhecimento vai ler e essa e a obrigação do vereador ali e tem certeza que se o projeto voltar em 2018, ele vai passar, o do ITBI e se referindo ao vereador Leandro, que o citou, o vereador Navarro disse que sempre respeitou os colegas vereadores e apenas falou na presença de todos porque não tem o costume de falar pelas costas. O vereador Mauricio pediu questão de ordem e disse que sobre energia eólica, matéria vencida, estava terminado o assunto, e esgotado, e muito bem explicado e que a dificuldade vivida em Livramento hoje é diferente dos outros municípios, assim como a questão do ITBI e que a função do ITR foi uma conquista, uma vitória gigantesca para Sant'Ana do Livramento e que sem sombra de dúvidas foi positivo, e o que não lutou foi pelo aumento da terra nua, isso sim, porque não queiram, não desejavam e nem o produtor rural, porque foi um aumento muito significante, um aumento mais baixo foi de vinte e seis virgula cinco do valor da terra nua que se faz o cálculo para poder pagar o imposto e diz o seguinte, ainda está baixo, desde 2014 não tinham sido atualizados os valores, fantásticos, mas não tem trafegabilidade, não tem infraestrutura, não tem estrada rural, por isso que não condiz com a realidade e este aumento foi através do decreto por parte do prefeito municipal então isso também é bom esclarecer, bom seria que o prefeito mandasse tudo para cá, ampliando a discussão para que todos participassem e os vereadores não imaginam a grita do produtor rural, em função de que é simples, porque as pessoas tu encontra a elas dizem "ai que lindo, aumentou, mas onde é que está minha estrada? Que eu tropeio, perco os rendimentos, perco os animais", então este é o problema, não se tem infraestrutura no município e fizeram aumento através de decreto, e este foi um desabafo. O vereador Itacir disse em sua fala final que o objetivo foi alcançado através do projeto e que agora tem que ver como vão fazer os encaminhamentos, que depois basta tomar uma decisão para o projeto em conjunto, o importante é quando há os esclarecimentos e quando se faz estes debates e diga-se de passagem, se fosse discutir o mérito de tudo o que tem na Casa e que quando as coisas não são bem esclarecidas e dizem que as coisas estão com problemas, que é um dos que corre atrás das informações. O vereador Civeira na sua fala disse que agradecia aos servidores por terem vindo e pelos esclarecimentos e que tudo passa pela fiscalização, então precisam chamar o pessoal que ainda falta pro concurso, o pessoal que é fiscal tributário, fiscal do comércio, fiscal de obras, escriturários em desvio de função e com relação as compras e a nota fiscal, que realmente a sonegação do município e grande e que agora estão estimulando a sonegação quando não se faz mais as barreiras tributárias, que colocam equipe nas Três Vendas e vão ver os reflexos só em janeiro e deixou-se de fiscalizar, que quantos caminhões não passam lá sem nota, que se sabe que isso acontece então falar aqui que tem sonegação, claro que tem só que não se pode é estimular esta sonegação então como chefe do setor tributário, ou melhor do ITR, que leve ao prefeito a sugestão, que acha que é a primeira vez que não vê as barreiras volantes, que antes estavam lá toda a semana em Três Vendas, Santa Rita isso sim é um estímulo à sonegação, então não adianta fazer o dever de casa por um lado e abrir a porteira pelo outro. Era isso, agradecendo à vinda e os esclarecimentos. O vereador Carlos Nilo ao encerrar a sessão agradeceu ainda a colaboração do Procurador Jurídico da Câmara, Christiano Fagundes que faz parte agora de uma federação de procuradores e que está sempre orientando quanto à legalidade dos projetos de leis e dos pareceres que os vereadores solicitam na Casa e acha que foi válida os servidores municipais terem comparecido para prestar esclarecimentos. Nada mais havendo a tratar e sendo o que tinha a registrar foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Carolina Allende Torres, Matrícula E-43, Oficial Legislativa, Responsável pelas Atas, conforme Portaria nº 2373, de 29 de setembro de 2017. Em anexo lista de presença com assinaturas dos vereadores presentes na sessão ordinária. ----------